



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

INFORMAÇÃO SINDICAL – 21 de maio de 2019

“Desjudicialização, Privatização e Irresponsabilidade”

Este Governo, na pegada do que outros anteriormente fizeram, continua a senda da privatização do sistema de justiça, nomeadamente da ação executiva, tornando o acesso à Justiça mais caro para o cidadão e “esbanjando” recursos no financiamento de uma atividade privada.

O exemplo mais paradigmático são as ações executivas, em que foi atribuído apoio judiciário ao cidadão.

Estas execuções são da competência do Oficial de Justiça e, atendendo ao que tem sido veiculado, o Governo pretende entregar as mesmas aos solicitadores de execução. Tal não será mais do que acelerar rumo à Privatização do sistema de Justiça.

Todos os custos e despesas com estas execuções sairão do OE, e serão entregues a privados.

Ou seja, o que até agora não tinha qualquer custo para o cidadão e para o erário público, passará a ser financiado pelo Estado / IGFEJ.

No entanto, nós Oficiais de Justiça, agentes internos do sistema de justiça, somos sempre confrontados pela tutela de que “não há dinheiro”.

Se faltam ferramentas ao sistema de justiça (público), deve o Governo providenciar as mesmas. Não pode e não deve privatizar um pilar basilar do Estado de Direito!

É lícito, portanto, que sejamos esclarecidos, acerca da motivação desta eventual medida.

- **Qual a justificação? Que motivação lhe está inerente?**
- **Existem processos executivos da competência do Oficial de Justiça com atrasos? Quantos? Em que Tribunais? Qual a razão?**
- **Qual o impacto financeiro que esta medida teria/terá nas finanças públicas?**
- **Avaliou-se convenientemente esta deriva de privatização?**

Mais: privatizando-se o que anteriormente era da competência dos Tribunais, estaremos apenas a maquilhar, mais uma vez, as estatísticas.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Mas pior que esta intenção de índole cosmética, será o agravamento das custas e taxas de justiça para o cidadão e **o esbanjamento das finanças públicas.**

Reafirmamos: ao proceder ao pagamento/adiantamento de todos os encargos com remunerações e despesas dos senhores solicitadores de execução, por via do apoio judiciário, estará a "financiar" uma atividade privada.

Outra situação caricata que decorre da desjudicialização do processo executivo, e que apenas atesta a irresponsabilidade de uma medida semelhante em termos gestonários e de eficiência surge nos casos em que o arguido não procede ao pagamento da multa (penal) e das respetivas custas. Instauram-se duas execuções? Uma relativamente à multa penal que continua a correr nos Tribunais e outra relativamente às custas que será tramitada nas Finanças? Se a execução nas finanças for mais célere, o montante cobrado será revertido para as custas e não para a multa conforme preceitua o art.º 511.º do CPP?

Para além disso, salta à vista outra grande desigualdade.

Como é possível que este Governo crie incentivos e dê prémios às Finanças e à Segurança Social na cobrança de dívidas / execuções e que aos Oficiais de Justiça os obrigue (por via de deveres especiais constante do EFJ) a trabalhar até de madrugada sem direito a qualquer compensação. **Neoesclavagismo?! Uns são Filhos e outros Bastardos?!?!**

"Lifting / Make Up "

Por um lado, este Governo propagandeia que está a investir num Serviço Público de qualidade, quando na realidade, **no que concerne ao sistema Justiça**, apenas se encontra a realizar "*liftings*" para melhorar a sua imagem, como é o caso do Balcão +.

Esta medida, sendo de louvar em Tribunais de Grande Dimensão, torna-se uma aberração em Tribunais de e Serviços do Ministério Público mais pequenos, **esbanjando-se, acriticamente, nesta medida centenas de milhares de euros**, quando na realidade estas verbas poderiam ser investidas no ingresso de mais Oficiais de Justiça (encontram-se mais de mil lugares por preencher).

Existem dezenas de Edifícios do parque judiciário bastante degradados e com falta de condições para os cidadãos utentes do sistema de justiça e para os Magistrados e Oficiais de Justiça que ali desempenham funções todos os dias (basta ver alguns dos tribunais com Amianto – [ver aqui reportagem da SIC](#)).



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Bairro Farol FONTE: REPORTAGEM SIC	Outros Beja Base de Beja FONTE: SIC	Mercado das Caxinas FONTE: REPORTAGEM SIC
Outros Coimbra Tribunal Judicial da Figueira da Foz FONTE: SIC	Outros Leiria Tribunal Judicial de Peniche	Outros Porto Tribunal da Relação do Porto FONTE: SIC
Outros Braga Tribunal de Família e Menores de Braga FONTE: SIC	SITUAÇÃO ATUAL Lançado concurso para requalificação FONTE: SIC	Outros Porto Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel FONTE: SIC
Outros Lisboa Palácio da Justiça FONTE: SOS AMIANTO	Outros Porto Tribunal de Vila Nova de Gaia FONTE: SIC	Outros Lisboa Biblioteca nacional SITUAÇÃO ATUAL
Outros Porto Tribunal de Paredes SITUAÇÃO ATUAL Obras de requalificação	Outros Lisboa Segurança Social FONTE: SOS AMIANTO	Remoção de Isolamentos Térmicos Com amianto Remoção de Flocagem de Amianto Mas ainda contém amianto por remover FONTE: SOS AMIANTO
	Outros	

Estes exemplos comprovam que o Governo apenas se preocupa com a imagem, numa espécie de “Edifício com as paredes pintadas de fresco mas as fundações e os alicerces completamente podres”.

Teremos de continuar a luta, UNIDOS, de forma firme e inteligente!

O SFJ tem, e continuará a ter, uma estratégia bem definida e assente na participação e colaboração dos milhares de Oficiais de Justiça.

JUNTOS, CONSEGUIREMOS!